

EVOLUÇÃO NORMATIVA DA NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA NO BRASIL E SUA INTERFACE COM A SAÚDE ÚNICA

SILVA, Eliomar Oliveira da¹; MACENA, Guilherme Gomes da¹; ARAUJO, Jean Alves de¹; LIMA, Victor Fernando Santana²; CAMPOS, Roseane Nunes Santana¹; LIMA, Paula Regina Barros de¹; VIDAL, Caio da Conceição¹; SILVA, Glenda Lídice Cortez Marinho¹
eliomaraararipina@gmail.com

RESUMO

A vigilância epidemiológica constitui um dos pilares estruturantes do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo continuamente aprimorada por meio da atualização da Lista Nacional de Notificação Compulsória (Ministério da Saúde). O presente estudo teve como objetivo analisar a evolução normativa dessas listas no Brasil e mapear sua interface com a abordagem de Saúde Única. Trata-se de uma pesquisa documental, com análise de portarias do Ministério da Saúde publicadas entre 2005 e 2026, complementada por revisão de literatura científica sobre o conceito de Saúde Única, entendido como uma abordagem integrada que reconhece a interdependência entre saúde humana, animal e ambiental. Os resultados evidenciaram uma transição progressiva de um modelo centrado em doenças infecciosas clássicas (2005-2011) para uma vigilância ampliada, baseada em risco e integração intersetorial (a partir de 2014). Observou-se que, da lista vigente com 66 agravos, 36,4% apresentam interface direta com a Medicina Veterinária e a Saúde Única, incluindo zoonoses, arboviroses, doenças zoonóticas, agravos por animais e exposições ambientais, enquanto 10,6% apresentam interface indireta. Destacam-se a incorporação de doenças negligenciadas, como a doença de Chagas crônica, a inclusão recente da espirotríose humana e o reconhecimento de agravos relacionados ao ambiente e à segurança alimentar (2025-2026). Essa evolução normativa demonstra que a vigilância em saúde no Brasil já incorpora, de forma significativa, os princípios da Saúde Única, ainda que desafios persistam quanto à integração operacional entre setores. A análise reforça que a notificação compulsória pode ser utilizada como ferramenta estratégica para fortalecimento da governança intersetorial, antecipação de riscos e formulação de políticas públicas mais eficazes. Como considerações finais, destaca-se que mesmo com desafios de operacionalidade, a base normativa brasileira apresenta elevado potencial para consolidação de uma vigilância integrada, alinhada aos desafios contemporâneos da saúde global, contribuindo para a prevenção de emergências sanitárias e promoção da sustentabilidade dos sistemas de saúde.

Palavras-chave: Agravos, zoonoses, vigilância ativa; saúde única

¹Universidade Federal de Sergipe, Campus do Sertão, Nossa Senhora da Glória, Sergipe, Brasil.

²Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil.